

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>



OPINION

Ethnobiology and Conservation, 10:16 (18 February 2021)
doi:10.15451/ec2021-02-10.16-1-9
ISSN 2238-4782 ethnobiologyandconservation.com

Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?

Sofia Zank^{1*}, Natalia Hanazaki¹ and Clarissa Rocha de Melo²

Equidade de gênero e étnica: o que podemos aprender com os povos ancestrais e indígenas para lidar com as questões socioambientais?

Sofia Zank^{1,*}, Natalia Hanazaki¹ and Clarissa Rocha de Melo²

¹Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE), Departamento de Ecologia e Zoologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 88040-900, Brasil.

²Núcleo de Estudo de Povos Indígenas (NEPI), Núcleo de identidade de gênero e subjetividades (NIGS), Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 88040-900, Brasil.

* Autor para correspondência

✉ Endereço de email: SZ (sofiazank@gmail.com), NH (hanazaki@gmail.com), CRM (claramelo0505@gmail.com)

Declaração de significância

Neste artigo de opinião, argumentamos sobre a importância de considerar a equidade étnica e de gênero para lidar com as questões socioambientais, visto que vivenciamos diferentes sistemas de opressão interconectados que afetam nossas relações com o ambiente, entre raças, etnias e gêneros. Podemos aprender sobre diferentes formas de nos relacionarmos entre nós e com o ambiente, com diversos povos ancestrais e indígenas atuais, que vivem e viveram em sociedades com maior equidade entre os gêneros. Na etnobiologia, sugere-se que a contribuição para a construção de sociedades mais igualitárias com equidade de gênero e respeito à diversidade cultural possa ser construída por meio de dois eixos principais que

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

precisam ser ampliados: relação colaborativa e emancipatória com o PICL (Povos Indígenas, Povos e Comunidades Locais); e discussão de gênero e feminismo.

Resumo

A crise socioambiental que vivemos atualmente exige abordagens integrativas de ação e pesquisa. A etnobiologia tem um potencial importante nesse sentido, tanto por sua natureza interdisciplinar, quanto por registrar a relação entre o ser humano e o ambiente em diferentes momentos e lugares. Dessa forma, este artigo de opinião tem como objetivo discutir os aprendizados que podemos ter com as sociedades ancestrais e os povos indígenas para a construção de um mundo mais justo e sustentável, considerando a intersecção entre gênero e etnia. Começamos examinando dados arqueológicos de sociedades na antiga Europa e como sociedades dominadoras e patriarcais se estabeleceram. Discutimos algumas descobertas sobre os povos pré-colombianos na América que reforçam a existência de sociedades equitativas. Incluímos discussões relacionadas ao gênero, no contexto dos povos indígenas, e refletimos sobre a importância do feminino e da complementaridade nas relações sociais. Por fim, discutimos o papel da pesquisa etnobiológica neste contexto e as formas de colaborar para assegurar valores que favoreçam o estabelecimento de sociedades equitativas, que são fundamentais para enfrentar os desafios desta era de mudanças.

Etnobiologia 5 - Povos Indígenas e Comunidades Locais – Feminismo

Introdução

Há muito se discute a importância de ações integradoras para a conservação biológica e para a sustentabilidade. A perspectiva biocultural busca essa integração, reconhecendo a interconexão entre diversidade biológica e cultural (Maffi 2001), e a importância de incorporar os Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL) nos processos de tomada de decisão e conservação (Baldauf 2020). A etnobiologia pode atender a essas necessidades tanto por sua ênfase nos estudos sobre conhecimento dos PICL, quanto por sua capacidade interdisciplinar de descrever a relação entre humanos e ambientes em diferentes tempos e lugares (Wolverton 2013). Além disso, o potencial das abordagens etnobiológicas para a resolução de problemas ambientais surge precisamente da origem desses problemas, que é uma crise de valores na nossa sociedade (Fernandes e Sampaio 2008). Precisamos reconhecer que a história dos esforços para dominar a natureza é também a história da subjugação dos seres humanos por outros seres humanos (Horkheimer 2002) e se quisermos mudar nossa trajetória como sociedade, precisamos mudar a forma como nos relacionamos entre nós e com o ambiente.

Essa forma de relação baseada na opressão e dominação, interliga diferentes categorias biológicas, culturais e sociais, como gênero, raça, etnia e classe (Federici 2017). Ou seja, há uma intersecção entre diferentes sistemas de opressão

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

(interseccionalidade), que precisa ser considerada ao se tentar reduzir as assimetrias históricas.

A importância de considerar aspectos de equidade associados à conservação é evidente na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB 1992), tanto do ponto de vista de gênero, quanto cultural e étnico. A CDB, além de reconhecer a importância do PICL na conservação da biodiversidade e de garantir o direito à repartição dos benefícios do acesso ao conhecimento tradicional associado, também reconheceu o papel fundamental das mulheres na conservação, garantindo seus direitos de participação na tomada de decisão.

Além disso, ressaltamos a importância da perspectiva de gênero associada às questões socioambientais, uma vez que essa relação (entre masculino e feminino, ou entre homens e mulheres) é a base para as outras relações sociais, afetando todo o sistema social, suas instituições e seus valores (Eisler 1987). Uma sociedade mais igualitária entre diferentes povos e indivíduos, e dos seres humanos com o ambiente, precisa modificar a relação de subjugação do feminino. O reconhecimento da interconexão entre os problemas ambientais e a opressão das mulheres é abordado através da perspectiva do ecofeminismo (Gaard 2011). Ademais, estudos e lutas feministas têm destacado, há décadas, as assimetrias estabelecidas entre as relações de gênero, em um processo associado à privatização da terra, colonização, capitalismo e dominação do corpo feminino (Federici 2017). Cabe ressaltar que ao falar sobre homens e mulheres, não estamos focando apenas na polaridade dos gêneros binários, como criticado pelos estudos feministas (Burtler 2003), mas também consideramos que há muita diversidade entre esses dois extremos e além deles.

O contexto atual de opressão e degradação ambiental foi ainda exacerbado com as desigualdades apresentadas pela pandemia do Covid-19, inclusive no âmbito de gênero (King et al. 2020). Nesse cenário, podemos perguntar se realmente seria possível construir sociedades mais justas e sustentáveis. Neste artigo argumentaremos, com base em dados da literatura científica com povos ancestrais e indígenas, que é possível reequilibrar gradativamente essas assimetrias, uma vez que há o registro de sociedades que se estabelecem em estruturas mais simétricas e equânimes. Destacaremos a perspectiva de gênero e como ela é vivenciada com equidade em algumas culturas antigas e atuais, proporcionando uma oportunidade para essa intersecção entre gênero e grupos étnicos.

Nossa questão central é sobre o aprendizado que podemos ter com as sociedades ancestrais e os povos indígenas para o estabelecimento de um mundo mais justo e sustentável, considerando a simetria de gênero como um ponto fundamental. Começaremos examinando algumas informações arqueológicas sobre as sociedades da antiga Europa e como as sociedades dominadoras (patriarcais) se estabeleceram. Também colocaremos em perspectiva as descobertas recentes sobre os povos pré-colombianos nas Américas e a existência de algumas sociedades equitativas, acrescentando a este debate algumas contribuições da antropologia na análise de gênero entre os povos indígenas. Por fim, abordaremos o papel da pesquisa etnobiológica, refletindo sobre formas de colaborar no

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

estabelecimento de valores e sociedades baseadas em equidade que podem ser eficazes para lidar com questões socioambientais.

Material e Métodos

Neste artigo, nossos pontos de partida foram as discussões de Eisler (1987) e Maturana (2004) sobre sociedades equitativas, as contribuições dos estudos feministas (Gaard 2011, Federici 2017, Ribeiro 2019) e o debate atual sobre a quinta fase da etnobiologia (Wyndham et al. 2011, Wolverton 2013). Também baseamos nossos argumentos nas discussões sobre gênero da arqueologia (Jácome e Furquin 2019), antropologia (Rosaldo e Lamphere 1974), estudos indígenas (McGregor 2005) e etnobiologia (Pfeiffer e Butz 2005, Silva et al. 2019). Com base nesses pontos de partida, identificamos outras literaturas que abordavam e ampliavam as discussões sobre as transformações das sociedades humanas, de forma a fornecer *insights* para discutirmos a mudança dos valores que fundamentam a sociedade ocidental, com foco na equidade de gênero e étnica (Saini 2017, Baldauf 2019, CIMI 2019).

O texto foi estruturado para responder a algumas questões centrais sobre gênero e equidade étnica que estão relacionadas com a etnobiologia: Existem exemplos de sociedades mais equitativas no passado da humanidade? Como é a percepção de gênero e a importância do feminino nos povos indígenas atuais? De que forma a etnobiologia pode considerar essas questões sobre gênero e igualdade étnica?

As perspectivas apresentadas no texto refletem a visão pessoal das autoras, mulheres sul-americanas com formação biológica e antropológica, e nossas trajetórias de pesquisa em etnobiologia. Como artigo de opinião, não buscamos esgotar os exemplos de sociedades equitativas, mas agregar nossa perspectiva a esse complexo debate. Na escolha dos estudos de caso, também buscamos dar visibilidade às pesquisadoras mulheres, que representaram mais de 2/3 da bibliografia deste artigo, e dar destaque às pesquisadoras latino-americanas, incorporando vozes indígenas.

Uma história que não costuma ser contada: A existência arqueológica de sociedades equitativas da Europa antiga aos povos Pré-colombianos.

Nas últimas décadas, as abordagens de gênero e feministas têm oferecido discussões críticas sobre a forma de organização da nossa sociedade (Burtler 2003, Federici 2017). Essas discussões também influenciaram a ciência, principalmente pelo aumento da presença feminina nos espaços acadêmicos (Saini 2017), e trouxeram uma nova perspectiva aos dados arqueológicos e antropológicos de sociedades antigas e indígenas, contribuindo para a reinterpretação de como essas sociedades se organizavam. Nessa seção, visitamos alguns estudos arqueológicos de sociedades da Europa antiga e também da América pré-colombiana como alguns exemplos ilustrativos de trajetórias de diferentes sociedades humanas, na perspectiva da equidade.

Muito do que aprendemos em nossa educação básica e superior na América do Sul reflete a exploração e a degradação das sociedades humanas entre si e do meio ambiente. Existem muitos exemplos históricos de sociedades humanas competitivas, exploradoras e dominadoras. Alguns autores reconhecem que embora a cooperação e a competição sejam críticas na evolução humana, uma característica universal dos grupos humanos é a existência de hierarquias de status ou dominância (Buss 2015). Como exemplos de sociedades dominadoras podemos citar aquelas que conduziram o processo de colonização das Américas, a escravidão de povos indígenas e africanos, o fascismo em algumas sociedades durante a Segunda Guerra Mundial e os regimes de ditadura. Esta parte da história é bem conhecida: como as sociedades humanas cresceram com base na apropriação de recursos, na invasão de outros territórios, na escravidão e na subjugação das mulheres pelos homens. Mas esta é apenas uma parte da história. O que muitas vezes passa despercebido é que as sociedades humanas não são fundamentalmente dominadoras: essa forma de se relacionar surgiu, se estabeleceu e se expandiu nos últimos séculos (Maturana 2004).

Os estudos de Gimbutas (1973) sobre as culturas do Neolítico e da Idade do Bronze na Europa antiga abordaram as diferenças entre o antigo sistema europeu, que era centrado na Deusa Mãe e na figura da mulher (matrístico), e um modelo indo-europeu patriarcal (androcrático) que suplantou o modelo matrístico na Europa. Dados arqueológicos encontrados na Europa antiga indicaram que essas sociedades equitativas existiram desde o período Paleolítico até cerca de 4.000 a.C., e prevaleciam em grandes extensões da Europa e do Oriente Médio. Essas sociedades não fortificavam suas aldeias e não usavam armas como adornos; eles tinham igualdade econômica e não estabeleciam hierarquias assimétricas (entre os túmulos de homens e mulheres). Eram baseadas na agricultura, com campos comunais, e a posse não era um elemento central. As relações sociais eram fundamentadas na cooperação entre homens e mulheres -- a vida não era centrada no controle e na apropriação. O sistema de crenças da Europa Antiga concentrava-se no ciclo agrícola de nascimento, morte e regeneração corporificado pelo princípio feminino, o *Mater Creatrix* (Gimbutas 1973).

Essas sociedades equitativas foram, por sua vez, dizimadas pelas invasões de povos indo-europeus que vieram do leste, como os kurgans. Evidências arqueológicas mostram que várias ondas de invasão começaram por volta de 7.000 aC até que essas sociedades pacíficas fossem totalmente dominadas (Eisler 1987). O sistema Kurgan consistia em unidades patrilineares pastorais socialmente estratificadas que viviam em pequenas aldeias ou assentamentos temporários rodeados por grandes pastagens. A partir dessa invasão, aprendemos mais profundamente a história da dominação dos povos patriarcais na Europa, que posteriormente vieram invadir e dominar os povos de outros continentes. Fermi (2017) destaca que o processo de dominação das mulheres e de seus corpos está associado ao processo de privatização das terras, que gerou a separação entre o público e o privado, e a desvalorização das atividades desenvolvidas no nível comunitário. Foi nessa perspectiva de colonização de terras, povos e mulheres, que nossa sociedade ocidental se expandiu.

A presença de sociedades mais equitativas, considerando as relações entre homens e mulheres, também foi registrada em dados arqueológicos na América pré-colombiana. Por meio da perspectiva de gênero e feminismo na arqueologia, Jácome e Furquin (2019) analisaram diversos estudos brasileiros, contrariando as antigas tradições do pensamento ocidental que consideram a dominação patriarcal um aspecto universal da sociabilidade humana. Estudos arqueológicos de sambaquis (sítios arqueológicos que datam dos períodos do Holoceno Inferior e Médio, ca. 12.000-3.000 AP, formados por um amontoado de conchas e outros recursos alimentares e artefatos, às vezes também usados para enterros) concluíram que atividades de trabalho distintas entre os homens e as mulheres teriam se baseado em sistemas não hierárquicos de cooperação (Gaspar et al. 2011). Esses estudos analisaram artefatos que representam os papéis dos indivíduos enterrados e estão presentes tanto em sepultamentos femininos quanto masculinos. Artefatos geralmente relacionados à atividade de caça masculina (ossos e machados líticos) estiveram igualmente presentes em sepultamentos femininos e masculinos nos sambaquis. A plasticidade e ausência de papéis de gênero rigidamente definidos foi identificada como uma característica das sociedades sambaquianas, sugerindo um comportamento cooperativo entre os construtores dos sambaquis (Gaspar et al. 2011). Gaspar et al. (2011) destacam que mesmo quando a igualdade social é um aspecto forte de uma sociedade, isso não significa que ela ocorra de forma absoluta, pois, na prática, também existem contextos de assimetria, ou desigualdade, que refletem a vida social. A questão central é que a assimetria não definia primariamente as relações estabelecidas nessas sociedades.

Nas ocupações marajoaras no Baixo Amazonas, evidências arqueológicas revelaram sociedades matrilineares pré-colombianas complexas de cerca de 400 a 1.400 a.C. Estudos de contextos funerários concluíram que a distinção social não se baseava na hierarquia entre homens e mulheres (Schaan 2013). A sociedade marajoara foi definida como cacicados em que a hierarquia era matrilinear, mesmo que a liderança fosse um papel masculino (Schaan 2013). Assim, as análises arqueológicas indicam uma complementaridade entre homens e mulheres e não um sistema de subordinação ou dominação. Além disso, a presença de urnas com representações femininas, usadas em sepulturas femininas e masculinas nas sociedades marajoara, é uma alusão aos ciclos de vida e uma conexão entre vida, nascimento e morte (Schaan 2013), semelhante àquelas culturas européias pré-patriarcais.

Povos indígenas como sociedades com maior equidade: aprendendo com as abordagens de gênero

As sociedades indígenas também passaram por mudanças culturais que influenciaram sua relação entre homens e mulheres e com o ambiente. A ideia de posse, seja de recursos, mulheres ou outros seres humanos, expandiu-se junto com a cultura patriarcal de dominação (Maturana 2004). Os povos indígenas americanos enfrentaram o processo de colonização europeia, que dissolveu grande parte de sua população e desqualificou seus conhecimentos e modos de vida, mas por meio de um processo de resistência e resiliência mantiveram vivos aspectos centrais de suas

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

culturas. Nesse contexto, alguns valores centrais das sociedades equitativas ainda são mantidos vivos entre alguns povos indígenas, e esses grupos podem ser vistos como guardiões de práticas e valores que podem ancorar sociedades mais igualitárias. Precisamos evitar vê-los como um reservatório de conhecimento útil para as sociedades ocidentais, mas como exemplos de formas de viver e se relacionar com o meio ambiente e entre os seres humanos que podem nos mostrar mudanças na forma de ser e agir. Para isso, quando olhamos para essas sociedades é necessário mudar nossas lentes culturais, pois muitas vezes estamos vendo disparidades e assimetrias entre os gêneros quando há, de fato, complementaridades.

Na pesquisa antropológica, as abordagens atuais de gênero podem revelar relações não hierárquicas e equitativas entre os seres humanos e o ambiente. Pesquisas sobre povos indígenas há muito destacam as diferenças entre os papéis desempenhados por homens e mulheres por meio das lentes tendenciosas de nossa cultura patriarcal. Esse viés masculino foi relatado na década de 1970 por autores como Rosaldo e Lamphere (1974), discutindo estudos antropológicos que pontuaram a segregação sexual do espaço e das atividades dos povos indígenas, restringindo as mulheres às esferas mais vinculadas ao domínio doméstico (por exemplo, o preparo diário dos alimentos, o cuidado com a casa e os filhos) e os papéis masculinos como agentes de contato com o mundo exterior. No contexto etnográfico, embora existam relações assimétricas em que a separação entre as esferas pública e privada é visível, essas separações não definem que alguns papéis sociais são mais importantes do que outros, mas sim complementares. Para Fermini (2017), a desvalorização da esfera privada surge com o fechamento da terra, na qual o trabalho público passa a ser monetizado e depois valorizado, enquanto o trabalho comunitário -- geralmente da esfera feminina -- passa a ser destituído de valor.

Povos indígenas como os Javaés e Guaranis, no Brasil, e os Maias, na Guatemala, reconhecem o prestígio das mulheres de forma diferente. A construção de gênero entre o povo Javaé (Rodrigues 1999) baseia-se na associação entre feminilidade e alteridade, o que pode ser uma forma de compreender a tenacidade da sobrevivência física e cultural desse grupo. Rodrigues (1999) revelou a centralidade das mulheres Javaé e seu imenso poder, enquanto os homens -- apesar de seu prestígio ritualístico como xamãs e na casa dos homens -- não possuem o mesmo prestígio que as mulheres nas atividades cotidianas, na vida doméstica e na tomada de decisões.

Na Guatemala, Mazariegos (2012) descreveu as mulheres intelectuais indígenas maias, mostrando sua responsabilidade na transmissão dos valores culturais: “é a mulher que mantém o uso das roupas tradicionais, de falar a língua materna [...] elas mudam para se adaptar às mudanças políticas e econômicas, mas também para preservar suas tradições” (Mazariegos 2012: 178). As mulheres também articulam os vínculos entre as gerações a partir de seus corpos (Mazariegos 2012). Essas relações demonstram a valorização do poder dessas mulheres indígenas e a importância da complementaridade nessas relações, ilustrando a lógica por trás de sociedades mais equitativas.

Entre os Guarani, a maior população étnica indígena do Brasil, as mulheres são consideradas *cunhá karai* -- mulheres guerreiras -- que atuam como detentoras de conhecimentos específicos e sabedoria. São coordenadoras intelectuais e políticas e, acima de tudo, defensoras de seu povo e de sua cultura. As *cunhá karai* são mulheres que preparam seus corpos, almas e espíritos para enfrentar os desafios colocados por novos contextos (Melo 2014). Nas aldeias Guarani de Santa Catarina, as mulheres desempenham um papel central na transmissão do conhecimento feminino associado às salvaguardas, às dietas e às fases liminares da vida. Na relação entre as mulheres Guarani e a terra, elas são responsáveis pelo manejo do ciclo de fecundidade da terra e também do grupo, sua produção e reprodução material e simbólica (Ciccarone 2004). Elas são responsáveis pelo cuidado do milho indígena (*avatchiete*), planta central dos Guarani, por meio do plantio e da colheita, e da troca de variedades à medida que se deslocam entre as aldeias. Na vida cotidiana, as ações das mulheres identificam suas qualidades e sensibilidades poderosas às mensagens do "outro mundo". Porém, até hoje poucos estudos não reservam às mulheres a esfera doméstica (Melo 2014).

O (re) posicionamento do masculino e feminino no universo indígena precisa ser considerado no contexto atual, devido a uma série de novos fatores: promoção dos direitos indígenas, acesso à educação formal, casamentos interétnicos, vivências femininas nos espaços públicos e políticos e dentro dos movimentos indígenas, novas práticas econômicas e novos contextos de violência. Mesmo no cenário atual, a assimetria não define essas relações sociais, e esses povos podem nos ensinar, por meio de suas práticas, os caminhos para alcançar a complementaridade, a parceria e uma relação não exploratória com nossa Mãe Terra. Nesse contexto, compartilhamos um trecho de um documento da Marcha das Mulheres Indígenas, movimento que reuniu 2.500 mulheres de 130 diferentes povos indígenas brasileiros em agosto de 2019 (CIMI 2019):

“Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios.”

McGregor (2005) destaca o papel que as mulheres indígenas desempenham no ambientalismo e na sustentabilidade, afirmando que são as mulheres que vão

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

determinar o futuro, pois têm o poder de criar e recriar. Ao continuar a viver o conhecimento tradicional com responsabilidade, elas estão mantendo os valores que sustentaram seus ancestrais e irão sustentar seu povo e o futuro das nações.

O papel da pesquisa etnobiológica na perspectiva da equidade

Os pesquisadores e as pesquisadoras em etnobiologia devem pensar e agir para contribuir com a construção de sociedades mais igualitárias com igualdade de gênero e respeito à diversidade cultural. Dessa forma, sugere-se um olhar atento à perspectiva da equidade na etnobiologia, por meio de dois eixos principais que precisam ser ampliados nos espaços acadêmicos: relação colaborativa e emancipatória com o PICL; e discussão de gênero e feminismo.

Relação colaborativa e emancipatória com PICL

Os direitos dos PICL e a necessidade de trabalhos colaborativos são discussões que vêm acontecendo há pelo menos três décadas na etnobiologia. Neste momento que entramos na quinta fase da etnobiologia (Wyndham et al. 2011), torna-se urgente o trabalho interdisciplinar em parceria com o PICL para lidar com as questões socioambientais nesta era de grandes mudanças. Precisamos sair da assimetria das pessoas que pesquisam (detentores do conhecimento acadêmico) e das pessoas pesquisadas (detentores do conhecimento empírico), pois isso é resultado de relações de dominação.

Existem muitos exemplos de iniciativas participativas na pesquisa etnobiológica que contribuem para a conservação biológica e o empoderamento das comunidades no manejo de seus recursos (Hanazaki et al. 2012, da Fonseca-Kruel et al., 2019, Baldauf 2020, Rodrigues et al. 2020). Um exemplo é o trabalho recente de Rodrigues et al. (2020), referente a um levantamento em comunidades quilombolas em que todas as etapas do projeto foram realizadas de forma participativa, incluindo o planejamento e a divulgação dos resultados. Além disso, Baldauf (2020) organizou um livro que sistematiza vários exemplos de iniciativas participativas com benefícios tanto para o PICL como para a conservação da biodiversidade.

Esses exemplos mostram a importância dessas iniciativas e a necessidade de fortalecê-las. Além disso, é fundamental que essas parcerias consigam ir além do envolvimento na pesquisa em si (que ainda estamos longe de alcançar), e se amplie para os espaços acadêmicos e congressos, abrindo oportunidades para que os PICL sejam tanto estudantes quanto mestres. Como Baldauf (2019) enfatizou, é preciso superar a dicotomia sujeito-objeto e dar lugar à solidariedade.

Consideramos fundamental que a participação do PICL nas universidades seja ampliada. Um exemplo são as políticas públicas de cotas em cursos de graduação para indígenas e povos tradicionais no Brasil, que permitem que esses povos sejam participantes ativos da ciência e contribuam para a mudança de valores e visões de mundo dos profissionais em formação (Melo 2014). Baldauf (2019) também comenta que a presença indígena nas universidades, tanto nos cursos regulares quanto nos específicos voltados para os povos indígenas, situa-os como

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

protagonistas na geração de conhecimento acadêmico. Embora sejam apenas pequenos passos, essas iniciativas desempenham um papel importante na construção de relações menos assimétricas dentro da academia. Essas oportunidades possibilitam o surgimento de autoras como Souza (2020) e Timóteo (2020), ambas mulheres indígenas Mby'a Guarani que abordam a sabedoria feminina em sua cultura.

Também precisamos criar maneiras de fornecer oportunidades para que os sábios e sábias tradicionais (mestres) sejam reconhecidos como tais no contexto acadêmico das universidades. Assim, a assimetria do conhecimento é subvertida ao criar oportunidades (também para estudantes não indígenas) de aprender com esses mestres e mestras tradicionais e reconhecer sua importância como guardiões de conhecimentos, sabedoria e valores que podem ser críticos para os desafios da sociedade moderna. Quando questionado sobre a atual crise, Krenak (2019), líder indígena brasileiro, escritor e mestre, respondeu: "Tem 500 anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa".

As soluções não podem partir da perspectiva de colonização e apropriação de conhecimentos, mas sim da partilha de espaços que nos permitam vivenciar esta outra forma de relacionamento, associada aos modos de vida tradicionais.

Perspectiva de gênero, feminismo e algumas sugestões práticas

As perspectivas de gênero e feministas em diferentes áreas da ciência destacam o papel que as mulheres desempenham na comunidade acadêmica, ao trazer um novo olhar e novas formas de fazer ciência (Pfeiffer e Butz 2005; Saini 2017). Além das contribuições das mulheres para a ciência, esses estudos também mostram os desequilíbrios na comunidade científica e o quanto precisamos avançar, não só no fazer ciência, mas também nas abordagens utilizadas com o PICL quando consideramos as questões de gênero.

No contexto da pesquisa sobre conhecimentos tradicionais e locais, a abordagem de gênero não é um assunto novo, porém, por muito tempo o gênero tem sido usado apenas como mais um fator que influencia esses conhecimentos (Pfeiffer e Butz 2005), sem gerar discussões empoderadoras para mulheres indígenas (McGregor 2005). Para a pesquisa etnobiológica no Brasil, Silva et al. (2019) analisaram a assimetria de gênero e mostraram que a disparidade não aparece no número de publicações entre homens e mulheres, mas na maior presença de homens como pesquisadores seniores, que estão na coordenação (poder) de grupos de pesquisa. Além disso, a maioria das pesquisadoras se sentiu discriminada no meio acadêmico devido ao gênero. As discussões de gênero se expandiram na etnobiologia, e o ecofeminismo pode ser visto como um caminho importante nesta nova fase da etnobiologia (Ladio 2020). Dentro da perspectiva da etnobiologia, o ecofeminismo pode alavancar os argumentos para a importância da diversidade biocultural.

O ecofeminismo, quando abordado politicamente e não de forma essencialista, pode colaborar efetivamente para a superação das diferentes relações de dominação que sustentam a sociedade ocidental, entre gênero, etnia, classe e

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

com o meio ambiente. Estudos sobre conhecimento tradicional e gênero têm enfatizado que as mulheres têm um papel fundamental na gestão e conservação da biodiversidade (Agarwal 1992, Howard 2003) e que considerar a equidade de gênero trouxe resultados mais eficazes em ações de conservação (Cook et al. 2019, Raimi et al. 2019). Um exemplo é o experimento de campo realizado por Cook et al. (2019) que envolveu 440 usuários e usuárias florestais da Indonésia, Peru e Tanzânia. Os resultados mostraram que grupos com uma cota de gênero (pelo menos 50% dos membros eram mulheres) mantinham mais árvores em resposta a uma intervenção de pagamento por serviços ecossistêmicos e compartilhavam o pagamento de forma mais igualitária do que grupos sem essa equidade de gênero.

Por outro lado, como muito bem abordado pelo editorial da Nature Climate Change (2019), a inclusão das mulheres no processo de tomada de decisão só promoverá a equidade de gênero se for complementada com esforços para libertar as mulheres das diversas responsabilidades muitas vezes atribuídas a elas, por exemplo, atividades de cuidado doméstico. Em outras palavras, as mudanças de gênero não devem impactar apenas as mulheres, porque se o papel das mulheres muda, o papel dos homens também deve mudar.

No contexto acadêmico, considerando a perspectiva feminista de interseccionalidade e pluralidade (Ribeiro 2019), é importante abrir espaços de fala para mulheres PICL, pois as demandas por equidade das mulheres brancas e de classe média são diferentes das mulheres negras latinoamericanas e das mulheres indígenas. É fundamental que, como pesquisadoras, em vez de falar em nome das mulheres do PICL, as escutemos e aprendamos com suas perspectivas e valores. Além disso, a pesquisa acadêmica que está sendo realizada por essas mulheres do PICL na academia pode em breve nos trazer novas visões de equidade e valorização do feminino.

Além disso, algumas ações práticas podem ser sugeridas para superar as desigualdades de gênero e étnica em várias áreas da ciência, incluindo a etnobiologia e os estudos de conservação. Além de abrir espaços de debate e de preencher lacunas para incluir mais mulheres, outros gêneros, bem como PICL e outras minorias, deve ser questionada a representatividade das referências citadas nos artigos: qual a proporção de gêneros representados? Qual é a proporção de PICL como autores em suas referências? Qual é a proporção de autores e autoras não brancos citados em suas referências? Essa sub-representação é uma expressão inercial do perfil dominante atual?

Por fim, gostaríamos de enfatizar que as discussões de gênero não são um assunto apenas para as mulheres. Discutir o papel das mulheres (feminino) na ciência requer também discutir o papel dos homens (masculino) e de todas as variações entre essas duas polaridades. Da mesma forma, discutir o papel de diversos grupos étnicos e outras minorias na ciência também requer discutir o papel dos brancos na ciência (Eddo-Lodge 2017). Assim, precisamos que os homens também participem dessas discussões, pois se realmente queremos estabelecer sociedades de parceria, é necessário que o feminino e o masculino, e outros gêneros, enfrentem juntos suas diferenças e complementaridades. A parceria e a equidade são a base das relações para a superação desta crise ambiental e desta era de grandes mudanças.

Conclusões

As sociedades ancestrais e indígenas oferecem evidências de que nossos arranjos sociais atuais de dominação e subjugação não devem ser naturalizados como inerentes aos seres humanos, mas sim dependem de processos históricos e culturais e, por isso, nos mostram que temos muito a aprender com outras culturas. Como pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores, e cidadãos e cidadãs, é importante incentivarmos os valores que orientam a equidade e a simetria nas relações, principalmente no sentido de favorecer a autêntica colaboração e emancipação do PICL e a ampliação das discussões de gênero na ciência. Assim, devemos ampliar os esforços de pesquisa no contexto da interseccionalidade e da pluralidade de gênero na ciência, e a etnobiologia tem muito a contribuir nesse sentido.

Esses argumentos são ainda mais importantes no contexto recente da pandemia da Covid-19. Para Vandebroek et al. (2020) somos agora forçados a repensar nossas prioridades na etnobiologia e a vislumbrar novas trajetórias epistemológicas. Dentro dessa reformulação das discussões, podemos caminhar gradualmente em direção ao estabelecimento de um mundo mais sustentável e equânime, valorizando e respeitando a diversidade biológica e cultural e contestando todas as formas de opressão. Por fim, lembramos que todas essas ideias refletem as trajetórias e perspectivas das autoras e nosso lugar de fala; e as vozes dos PICL e autores indígenas são muito bem-vindas para contribuir com este debate.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os Povos Indígenas e Comunidades Locais por nos apresentarem maneiras alternativas de nos relacionarmos uns com os outros e com o ambiente; agradecemos a eles por toda sua resistência ao longo dos séculos e por sua busca incessante por respeito e equidade. S. Zank agradece a L. Torres por apresentar a perspectiva das sociedades de parceria em sua visão de mundo. N. Hanazaki agradece ao CNPQ pela bolsa de produtividade em pesquisa. C.R.Melo agradece à CAPES por uma bolsa de pós-doutorado. Agradecemos a G.D. Blanco, R.H. Ludwinsky, D.Cantelli, H. Assis e B.S.Santos, que contribuíram com discussões importantes para o manuscrito.

Referências

- Agarwal B (1992) **The Gender and Environment Debate: Lessons from India.** *Feminist Studies*, 18(1): 119-158 doi:10.2307/3178217
- Baldauf C (2020) **Participatory Biodiversity Conservation.** Springer; 1st Edition
- Baldauf C (2019) **From the colonialist to the “autobotanical” approach: the evolution of the subject-object relationship in ethnobotanical research.** *Acta Botanica Brasilica* 33(2): 386-390. DOI: 10.1590/0102-33062018abb0343.
- Buss D (2015) **Evolutionary psychology: The new science of the mind.** Psychology Press.

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na Ethnobiology and Conservation. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

Butler J (2003) **Problemas de gênero:feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Ciccarone C (2004) **Drama e Sensibilidade: Migração, Xamanismo e Mulheres mbyá**. *Revista de Índias* 230: 81-96.

CIMI (2019) **Documento final da marcha das mulheres indígenas”Território: nosso corpo, nosso espírito**. [<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>] Accessed on 20 October 2020.

Convention on Biological Diversity – CBD (1992) [<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>] Accessed on 20 October 2020.

Cook NJ, Grillos T, Andersson KP (2019) **Gender quotas increase the equality and effectiveness of climate policy interventions**. *Nat. Clim. Chang.* 9: 330–334 doi: 10.1038/s41558-019-0438-4

Da Fonseca-Kruel VS, Martins L, Cabalzar A., López-Garcés CL, Coelho-Ferreira M, van der Veld P, Milliken W, Nesbitt M (2019) **Biocultural Collections and Participatory Methods: Old, Current, and Future Knowledge**. In: Albuquerque U, de Lucena R, Cruz da Cunha L, Alves R (eds) *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*. Springer Protocols Handbooks. Humana Press, New York, NY doi: 10.1007/978-1-4939-8919-5_15

Eddo-Lodge R (2017) **Why I'm No Longer Talking to White People about Race**. London: Bloomsbury Publishing.

Eisler R (1987) **The chalice and the blade**. San Francisco, CA: Harper Collins.

Fernandes V, Sampaio CAC (2008) **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 18: 87-94.

Federici S (2017) **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante.

Gaard G (2011) **Ecofeminism revisited: rejecting essentialism and re-placing species in a material feminist environmentalism**. *Feminist Formations* 23 (2):26–53.

Gaspar MD, Klokler D, DeBlasis P (2011) **Traditional fishing, mollusk gathering, and the shell mound builders of Santa Catarina, Brazil**. *Journal of Ethnobiology* 31(2): 188-212.

Gimbutas M (1973) **Old Europe c. 7000–3500 BC: The Earliest European Civilization Before the Infiltration of the Indo-European Peoples**. *Journal of Indo-European Studies* (JIES)1: 1–21.

Hanazaki N, Zank S, Pinto MC, Kumagai L, Cavechia LA, Peroni N (2012) **Etnobotânica nos Areais da Ribanceira de Imituba: compreendendo a biodiversidade vegetal manejada para subsidiar a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. *Biodivers Bras* 2:50–64

Horkheimer M (2002) **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro.

Howard PL (2003) **Women & Plants. Gender Relations in Biodiversity Management & Conservation**. Londres: Zed Books Ltd.

Jácome C, Furquim L (2019) **Gender and Feminism in Brazilian Archaeology**. In: Smith C (eds). *Encyclopedia of Global Archaeology*, Springer, New York. doi: 10.1007/978-3-319-51726-1_3347-2.

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na *Ethnobiology and Conservation*. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

King T, Hewitt B, Crammond B, Sutherland G, Maheen H, Kavanagh A (2020) **Reordering gender systems: can COVID-19 lead to improved gender equality and health?** *The Lancet*, 396: 80-81.

Krenak A (2019) **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras.

Ladio AH (2020) **A new set of tools for Ethnobiologist in the COVID-19 Pandemic**. *Ethnobiology and Conservacion*, 9:29 doi:10.15451/ec2020-07-9.29-1-8

Maffi L (2001) **On Biocultural Diversity**. Washington, DC: Smithsonian Institution

Maturana HR (2004) **Conversações matrísticas e patriarcais**. In: Maturana HR, Verden-Zoller G (eds). *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano- do patriarcado à democracia*, edited. São Paulo. Palas Athena: pp. 25-100.

Mazariegos D (2012) **Mulheres Mayas na Guatemala: relações de poder, gênero, etnia e classe**. In: Sacchi A, Gramkow MN (org). *Gênero e Povos Indígenas*.

McGregor D (2005) **Traditional ecological knowledge: an Anishnabe womans perspective**. *Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice* 29:103–109.

Melo CR (2014) **Da universidade à casa de rezas guarani e vice-versa: reflexões sobre a presença indígena no ensino superior a partir da experiência dos guarani na licenciatura intercultural indígena do sul da mata atlântica**. PhD Thesis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brazil. Available at: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129551>.

Nature Climate Change (2019) **Gender in conservation and climate policy**. *Nat Clim Chang* 9: 255 doi: 10.1038/s41558-019-0448-2

Pfeiffer JM, Butz RJ (2005) **Assessing cultural and ecological variation in ethnobiological research: the importance of gender**. *Journal of Ethnobiology*. 25, 240-278.

Raimi MO, Suleiman RM, Odipe OE, Tolulope SJ, Oshatunberu M, Olalekan AS, Makanjuola CB (2019) **Women Role in Environmental Conservation and Development in Nigeria**. *Ecol Conserv Sci* 1(2). DOI: 10.2139/ssrn.3425832

Ribeiro D (2019) **Lugar de fala – Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen.

Rodrigues PM (1999) **O surgimento das armas de fogo: alteridade e feminilidade entre os Javaé**. Dossiê Mulheres indígenas. Estudos Feministas 7.

Rodrigues E, Cassas F, Conde BE, da Cruz C, Barretto EHP, dos Santos G, Figueira GM, Passero LFD, dos Santos MA, Gomes MAS, Matta P, Yazbek P, Garcia RJF, Braga S, Aragaki S, Honda S, Sauini T, da Fonseca-Kruel VS, Ticktin T (2020) **Participatory ethnobotany and conservation: a methodological case study conducted with quilombola communities in Brazil's Atlantic Forest**. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* doi: 10.1186/s13002-019-0352-x

Rosaldo M, Lamphere L (1974) **Woman, Culture and Society**. Stanford University Press, Stanford.

Saini A (2017) **How Science Got Women Wrong-and the New Research That's Rewriting the Story**. Beacon Press.

Schaan DP (2013) **Cronologia das transformações das paisagens amazônicas**. III Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica, Quito, Ecuador.

Silva TC, Medeiros PM, Hanazaki N, Fonseca-Kruel VS, Hora JSL, Medeiros SJ (2019) **The role of women in Brazilian ethnobiology: challenges and perspectives**. *J Ethnobiology Ethnomedicine* doi: 10.1186/s13002-019-0322-3.

Este texto é a tradução do artigo originalmente publicado na *Ethnobiology and Conservation*. Se for utilizá-lo, por favor cite a publicação da versão em inglês.

Zank, S., Hanazaki, N., & de Melo, C. R. (2021). Gender and ethnic equity: what can we learn from ancestral and indigenous peoples to deal with socio-environmental issues?. *Ethnobiology and Conservation*, 10. <https://doi.org/10.15451/ec2021-02-10.16-1-9>

Souza J (2020) **O Sentido das Artes/Artesanatos: O olhar das mulheres Guarani sobre os usos do artesanato e rituais**. Monography, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, Brazil. Available at: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204680>

Timóteo GM (2020) **Kunhangue arandu rekó, ta'ánga re a'égui nhembopara: sabedoria dos ciclos de vida das mulheres guarani em pinturas e palavras**. Monography, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, Brazil. Available at: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204678>

Vandebroek I, Pieroni A, Stepp JR, *et al.* (2020) **Reshaping the future of ethnobiology research after the COVID-19 pandemic**. *Nature Plants* doi: 10.1038/s41477-020-0691-6

Wyndham FS, Lepofsky D, Tiffany S (2011) **Taking Stock in Ethnobiology: Where Do We Come From? What Are We? Where Are We Going?** *Journal of Ethnobiology* 31:110-127

Wolverton S (2013) **Ethnobiology 5: Interdisciplinarity in an Era of Rapid Environmental Change**. *Ethnobiology Letters* 4: 21-25.

